



GRUPO DE AVALIAÇÃO E ESTUDO DA POBREZA
E DE POLÍTICAS DIRECIONADAS À POBREZA

GAEPP

OBSERVATÓRIO

SOCIAL E DO **TRABALHO**

Ano: 04 (2016) N. 01

Cadernos de Pesquisa

AS MULTIFORMAS DA POBREZA NO ESTADO DO MARANHÃO

Talita de Sousa Nascimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	CONCEPÇÕES TEÓRICAS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA....	5
3	METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO IPFM E PRINCIPAIS RESULTADOS	7
3.1	Proposta metodológica do IPMM	7
3.2	Análise da pobreza no Maranhão através do IPMM nos anos 2000 e 2010 .	11
4	CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS.....	29
	REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, mais precisamente, desde os anos 1980, a temática da pobreza tornou-se um assunto recorrente na pauta de estudos desenvolvidos por organismos internacionais, governos, bem como no meio acadêmico e em organizações civis.

Nesse período, verificou-se que o conceito científico sobre o fenômeno da pobreza evoluiu em direção a uma abordagem multidimensional e complexa. Para compreender as implicações dos novos desdobramentos do capitalismo sobre os indicadores de pobreza, além da renda, passou-se a utilizar indicadores sociais e a agregar esses indicadores em forma de índices sintéticos (através dos mais diversos métodos de agregação), a fim de identificar e mensurar a pobreza de forma mais abrangente. Através dessas medidas, pode-se ter uma visão sistemática da dinâmica da pobreza nas esferas global, nacional, regional, estadual e municipal.

Os indicadores internacionais mais conhecidos são: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM); o *The World Development Indicators* (WDI); e o *Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe*, da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

No Brasil, os índices sintéticos mais divulgados são: o *Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo: Dinâmica Social dos Anos 90*, coordenado por Aldaíza Sposati; o *Índice de Desenvolvimento Econômico e Social*; o *Mapa do Fim da Fome*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV); o *Atlas da Exclusão Social no Brasil*; e o *Mapa da Exclusão Social do Brasil*. Elaborado no Maranhão, há o *Índice de Desenvolvimento Municipal* (IDM), construído pelo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC).

Todos os esforços para construção de índices de pobreza são bastante válidos para qualquer que seja a localidade, principalmente, em regiões com indicadores socioeconômicos tão precários como o Maranhão. Os dados do Censo 2010 revelaram que no Maranhão 1,7 milhões de pessoas têm renda mensal de até R\$ 70,00 (25,8% da população). É o estado do Brasil com maior percentual de pessoas nessa condição (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

No Maranhão, também vigoram as rendas per capita mais baixas do Brasil, além de uma considerável carência no acesso a serviços básicos. O Maranhão apresenta, também, como característica de suas finanças públicas um elevado grau de dependência (divisão do total das transferências pelo total das receitas).

Tendo em vista o quadro socioeconômico maranhense, a construção de um Índice multidimensional de pobreza para os municípios do Maranhão mostra-se de capital importância para compreender a dinâmica social e econômica do estado.

Este trabalho, então, consiste na elaboração de um Índice multidimensional da pobreza para os 217 municípios do estado do Maranhão, tomando como fonte de dados os Censos Demográficos do IBGE dos anos 2000 e 2010. Denominou-se o índice de Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM).

Optou-se pela construção de um índice multidimensional, e não por linhas de pobreza, para analisar a persistente situação de miséria que aflige todo o estado, com o intuito de revelar o quão intensa é a pobreza no estado, nas mais diversas formas de carências.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA

O campo teórico sobre a pobreza é vasto. Inexiste uma única forma de se caracterizar esse fenômeno. Ela pode ser analisada sob várias perspectivas e a literatura nos traz diferentes campos teóricos que buscam explicar essa temática. As diversas abordagens decorrem das diferentes perspectivas desenvolvidas por grupos sociais, a partir de dadas realidades prevaletentes em determinados contextos históricos. Como afirma Silva (2002, p. 74, grifo da autora):

[...] não se pode falar de solidez e estabilidade do conceito de pobreza no tempo e no espaço, sendo ilusório pensar numa definição “científica”, objetiva e universal. O que se identifica, na literatura, são conceitos desenvolvidos por grupos sociais a partir de uma dada concepção sobre a realidade social, o que significa que o conhecimento da pobreza só existe através de representações dominantes e contraditórias em confronto, numa dada sociedade, num determinado momento histórico.

De acordo com Codes (2005), a evolução do pensamento científico sobre a pobreza aponta para uma abordagem complexa e multidimensional do problema. A questão da pobreza não é mais tomada apenas como insuficiência de renda refletida na necessidade mínima de assegurar a reprodução meramente física do indivíduo em situação de carência. No decorrer do século XX, a questão foi tomando um caráter mais científico. As quatro principais concepções dessa época, segundo Codes (2005), são: subsistência; necessidades básicas; pobreza como privação relativa; e pobreza como privação de capacidades.

A abordagem escolhida neste trabalho é a da pobreza como privação de capacidades, que a encara como um fenômeno multidimensional e complexo.

Essa nova forma de pensar insere a pobreza no campo da justiça social, abordagem que recebeu destacada contribuição do economista indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998. Essa maneira de apreender a pobreza leva em conta a liberdade, “[...] vista sob a forma de capacidades individuais para fazer coisas que uma pessoa com razão valoriza.” (SEN, 2000, p. 74). As liberdades são focalizadas não simplesmente como os fins almejados pelo desenvolvimento, mas também como principais meios de alcançá-lo. Sen (2000) afirma que o fator gerador da fome e da miséria não é a falta de bens e sim a ausência de capacidades de obtê-los.

Com essa abordagem da pobreza, passou-se a desenvolver uma série de indicadores multidimensionais para melhor explicar o fenômeno da pobreza. Mesmo com deficiências, esses indicadores são considerados os mais completos, por incluir aspectos que podem ser econômicos, sociais e demográficos, como também, às vezes, políticos e culturais.

3 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO IPFM E PRINCIPAIS RESULTADOS

Dada a complexidade e o caráter histórico do fenômeno da pobreza, dificilmente, se chegará a um consenso sobre o seu conceito. Na realidade, não há motivos para procurá-lo. O que se percebe é que há um direcionamento para uma compreensão multidimensional e complexa. Por isso, a forma de mensurá-la também tem seguido um percurso mais abrangente. Apesar da preponderância das linhas de pobreza para se identificarem *quantos são os pobres*, outras construções metodológicas têm sido desenvolvidas para se analisar a pobreza para além da renda, levando em consideração as mais diversas formas de carências. Em virtude disso, optou-se pela construção de um Índice multidimensional para se analisar a pobreza no estado do Maranhão, o qual foi denominado IPMM.

3.1 Proposta metodológica do IPMM

O IPMM foi inspirado no Índice de Pobreza Familiar (IPF), elaborado por Barros, Carvalho e Franco (2006). O IPMM é constituído por seis dimensões, 23 componentes e 40 indicadores. A ponderação do Índice foi elaborada de forma que o grau de pobreza varie entre 0 (sem qualquer traço de pobreza) e 100 (absolutamente pobres). A seguir, a **Figura 1** ilustra esquematicamente do IPMM.

Figura 1 - Esquema do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM)



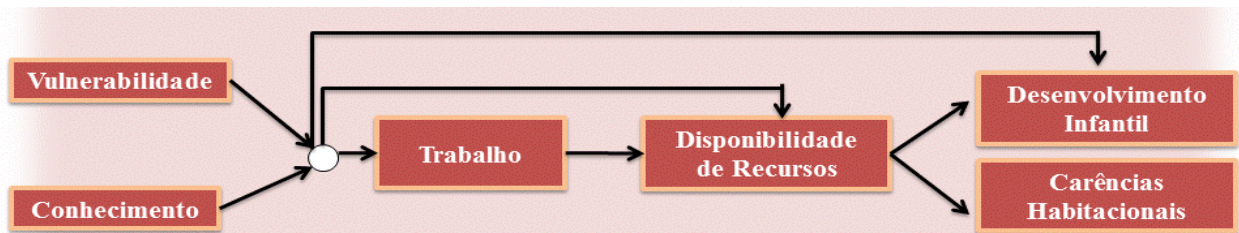
Fonte: BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 1227, 2006.

As seis dimensões analisadas foram: a) vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) escassez de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) carências habitacionais. Com essa seleção, todas as dimensões mais

básicas da pobreza puderam ser consideradas diretamente, com exceção das condições de saúde, que foram computadas indiretamente, na dimensão carências habitacionais.

Em consonância com a abordagem da pobreza como privação de capacidades, formulada por Sen (2000), cada uma das dimensões representa, em parte, “[...] a falta de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em parte, a existência de necessidades básicas insatisfeitas, isto é, fins que não puderam ser alcançados.” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 16). Para melhor visualizar a inter-relação entre as dimensões, foi elaborado o **Diagrama 1**, o qual partiu das dimensões mais ligadas ao acesso aos meios às mais relacionadas à consecução dos fins.

Diagrama 1 - Dimensões do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM)



Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

A **Vulnerabilidade** das famílias é o total de recursos adicionais demandados para a satisfação de suas necessidades básicas, quando comparado com uma família padrão. Essa dimensão possui quatro componentes e oito indicadores, como mostra o **Quadro 1**.

Quadro 1 - Componentes e indicadores da dimensão Vulnerabilidade

Componentes	Indicadores
Fecundidade	V1. Mulheres que tiveram filho nascido vivo no último ano V2. Mulheres que tiveram filho nascido vivo nos últimos dois anos
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V3. Presença de criança V4. Presença de criança ou adolescente V5. Presença de criança, adolescente ou jovem
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Presença de idoso
Dependência demográfica	V7. Ausência de cônjuge V8. Metade ou menos dos membros encontram-se em idade ativa

Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

A dimensão **Acesso ao Conhecimento**, segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), encontra-se entre os meios mais importantes que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades. Essa dimensão contém três componentes e seis indicadores, como mostra o **Quadro 2**, a seguir.

Quadro 2 - Componentes e indicadores da dimensão Acesso ao Conhecimento

Componentes	Indicadores
Analfabetismo	C1. Jovem e adulto analfabeto
	C2. Jovem e adulto analfabeto funcional
Escolaridade	C3. Jovem e adulto com fundamental incompleto
	C4. Jovem e adulto com secundário incompleto
	C5. Adulto sem educação superior
Qualificação profissional	C6. Trabalhador sem qualificação média ou alta

Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

A dimensão **Acesso ao Trabalho** representa a oportunidade que uma pessoa dispõe de utilizar sua capacidade produtiva. Ela tem três componentes e cinco indicadores (**Quadro 3**).

Quadro 3 - Componentes e indicadores da dimensão Acesso ao Trabalho

Componentes	Indicadores
Disponibilidade de trabalho	T1. Pessoas desocupadas
Qualidade do posto de trabalho	T2. Pessoas ocupadas no setor informal
	T3. Pessoas ocupadas em atividade agrícola
Remuneração	T4. Rendimento menor 1 salário mínimo
	T5. Rendimento menor 2 salários mínimos

Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

A dimensão **Escassez de Recursos**, medida através da renda familiar per capita, mostra-se como um recurso fundamental na mensuração da pobreza, uma vez que a maioria dos bens e serviços necessários à satisfação das necessidades básicas de uma família pode ser adquirida no mercado. Essa dimensão é composta por três componentes (**Quadro 4**).

Quadro 4 - Componentes e indicadores da dimensão Escassez de Recursos

Componentes	Indicadores
Extrema pobreza	R1. Renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda domiciliar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências

Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

O **Desenvolvimento Infantil** é uma dimensão importante pelo fato de que todas as sociedades buscam conceder às suas crianças oportunidades para o seu pleno desenvolvimento (BARROS et al, 2006). Essa dimensão possui três componentes e nove indicadores, como mostra o **Quadro 5**, a seguir.

Quadro 5 - Componentes e indicadores da dimensão Desenvolvimento Infantil

Componentes	Indicadores
Trabalho precoce	D1. Criança ou adolescente com até de 14 anos trabalhando D2. Criança ou adolescente com até 17 anos trabalhando
Acesso à escola	D3. Criança de 0-6 anos de idade fora da escola D4. Pessoas de 7-14 anos de idade fora da escola D5. Pessoas de 7-17 anos de idade fora da escola
Progresso escolar	D6. Adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D7. Adolescente de 15 a 17 anos analfabeto
Mortalidade infantil	D8. Mãe com filho que já tenha morrido D9. Mãe que teve filho nascido morto

Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

A dimensão **Carências Habitacionais** está estreitamente ligada às condições de saúde (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006). Essa dimensão é formada por sete componentes e 12 indicadores, como mostra o **Quadro 6**, abaixo.

Quadro 6 - Componentes e indicadores da dimensão Carências Habitacionais

Componentes	Indicadores
Propriedade	H1. Domicílio não é próprio H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido
Espaço domiciliar	H3. Domicílio com até 3 cômodos
Acesso a abastecimento de água	H4. Acesso inadequado a água
Acesso a saneamento	H5. Esgotamento sanitário inadequado
Acesso a coleta de lixo	H6. Lixo não é coletado
Acesso a energia elétrica	H7. Sem acesso a eletricidade H8. Não tem ao menos a um dos itens: televisão ou rádio H9. Não tem ao menos a um dos itens: televisão, rádio ou geladeira

Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

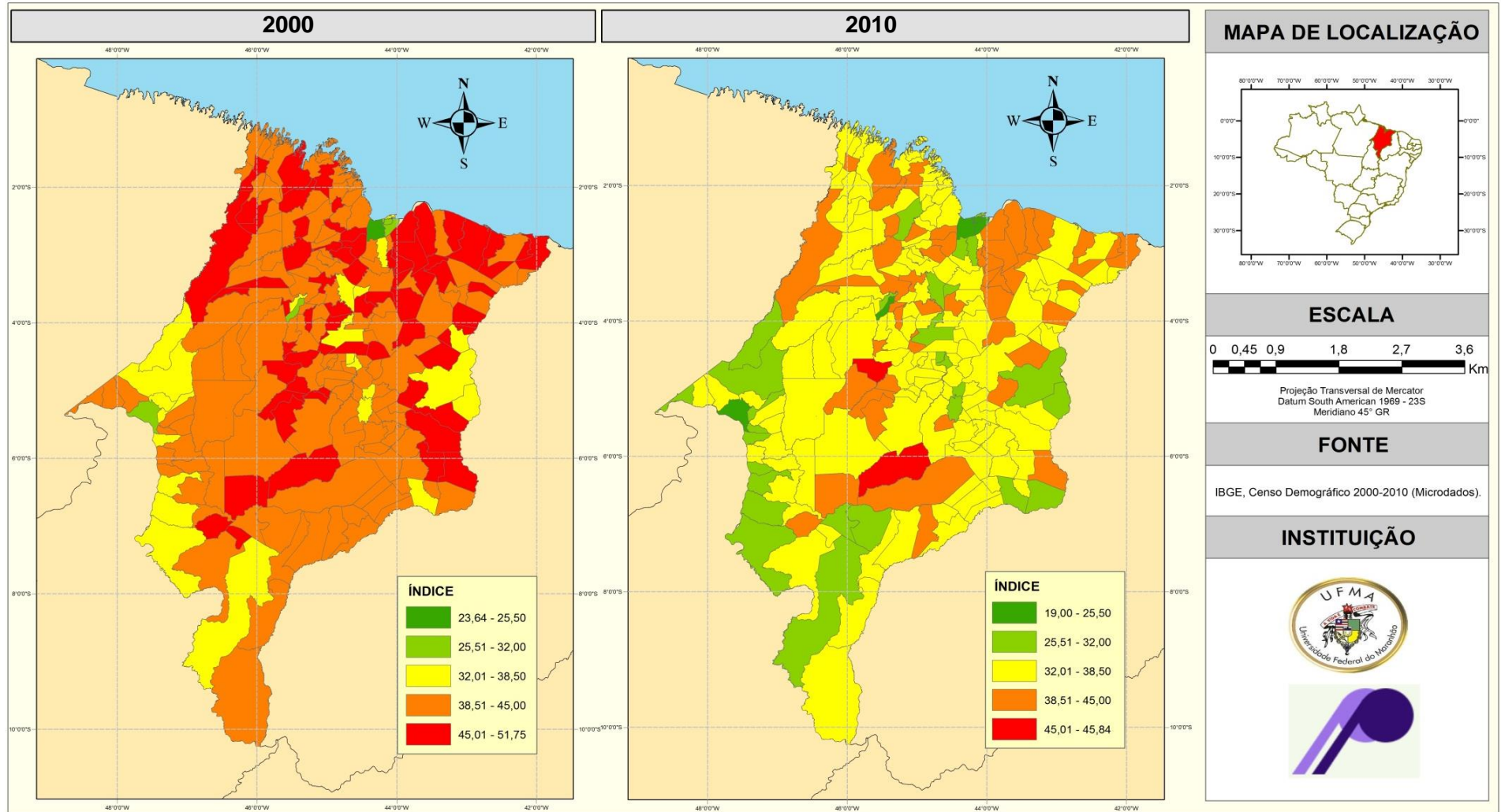
Uma vez descrita a metodologia, são apresentados no subitem a seguir, os resultados do IPMM. Além do Índice propriamente dito, são apresentados os resultados desagregados por dimensões, componentes e indicadores, a fim de se analisar a pobreza nas suas mais diversas faces e identificar onde os municípios mais avançaram e retrocederam.

3.2 Análise da pobreza no Maranhão através do IPMM nos anos 2000 e 2010

Inicialmente, é importante deixar claro que o IPMM varia de 0 a 100. Quanto mais próximo de 100, maior o grau de pobreza (uma vez que ele expressa a pobreza pelo viés da ausência). Tendo essa informação em vista, para melhor visualizar a dinâmica dos municípios, optou-se pela espacialização do Índice no **Mapa 1** (as cores vermelho e laranja são as piores situações e os tons de verde são as melhores). Para facilitar a comparação, utilizou-se o mesmo intervalo de frequência para os dois anos.

É perceptível que houve uma diminuição no grau de pobreza nos municípios. Em 2000, a maior parte estava em vermelho ou laranja (de 38,51 a 51,75). Em 2010, a predominância é da cor amarela (32,01 - 38,50), observando-se poucos de cor laranja e apenas dois municípios que permaneceram em vermelho (Marajá do Sena e Fernando Falcão). No outro extremo, nota-se que, em 2000, apenas cinco municípios estavam com as cores verdes: São Luís, Imperatriz, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Santa Inês (19,00 - 32,0). Em 2010, o total de municípios com essas cores subiu para 34. No geral, todos os municípios passaram para intervalos imediatamente superiores, com exceção de Marajá do Sena e Fernando Falcão.

Mapa 1 - IPMM para os anos 2000 e 2010



Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

Todos os municípios apresentaram melhor IPMM em 2010, relativamente a 2000. Todavia, alguns registraram uma melhora bem modesta. Para expressar tal fato, estão na **Tabela 1** os 15 municípios com maior grau de pobreza e os quinze com menor grau, em cada ano.

Tabela 1 - 15 maiores IPMM e 15 menores IPMM - 2000 e 2010

Ordem	2000		2010	
	Municípios	IPMM	Municípios	IPMM
1	Belágua	51,75	Marajá do Sena	45,84
2	Fernando Falcão	50,33	Fernando Falcão	45,42
3	Santana do Maranhão	50,20	Cachoeira Grande	42,70
4	Centro do Guilherme	49,77	Serrano do Maranhão	42,65
5	Santo Amaro do Maranhão	49,62	Santo Amaro do Maranhão	42,04
6	Pedro do Rosário	48,98	Jenipapo dos Vieiras	41,89
7	Jenipapo dos Vieiras	48,71	Primeira Cruz	41,79
8	Brejo de Areia	48,57	Pedro do Rosário	41,72
9	Formosa da Serra Negra	48,45	Humberto de Campos	41,49
10	Cachoeira Grande	48,39	Cajari	41,46
11	Paulino Neves	48,28	Itaipava do Grajaú	41,15
12	Matões do Norte	47,90	Belágua	41,01
13	Governador Newton Bello	47,84	Satubinha	40,91
14	Marajá do Sena	47,82	Lagoa Grande do Maranhão	40,81
15	Feira Nova do Maranhão	47,71	Paulino Neves	40,76
203	Trizidela do Vale	35,85	Governador Edison Lobão	28,85
204	Dom Pedro	35,15	Presidente Dutra	28,81
205	Bacabal	34,76	Campestre do Maranhão	27,92
206	Presidente Dutra	34,68	Bacabal	27,75
207	Itinga do Maranhão	34,08	Estreito	27,28
208	Porto Franco	33,67	Pedreiras	26,86
209	Balsas	33,35	Porto Franco	26,83
210	Açailândia	32,76	Açailândia	26,67
211	Timon	32,62	Balsas	25,69
212	Pedreiras	32,46	Timon	25,65
213	Santa Inês	30,58	Santa Inês	25,25
214	São José de Ribamar	29,96	São José de Ribamar	22,37
215	Paço do Lumiar	26,95	Paço do Lumiar	21,62
216	Imperatriz	25,89	Imperatriz	20,64
217	São Luís	23,64	São Luís	19,00

Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000.** Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2012.; _____. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

Em 2000, Belágua era o município mais pobre do estado, seguido por Fernando Falcão e Santana do Maranhão. Em 2010, o primeiro lugar foi assumido por Marajá do Sena, Fernando Falcão continuou em segundo e o terceiro lugar ficou com Cachoeira Grande.

Dentre os 15 municípios que se encontravam entre os mais pobres em 2000, sete saíram desse ranking por apresentar uma significativa melhora no IPMM. Foram eles: Santana do Maranhão (ocupava a 3ª posição em 2000 e caiu para 23ª em 2010), Centro do Guilherme (de 4º para 80º), Brejo de Areia (de 8º para 43º), Formosa da Serra Negra (de 9º para 29º), Matões do Norte (de 12º para 33º), Governador Newton Bello (13º para 41º), Feira Nova do Maranhão (de 15º para 45º). Já os municípios com melhoras pouco expressivas e que passaram a compor esse ranking foram: Serrano do Maranhão (4º), Primeira Cruz (7º), Humberto de Campos (9º), Cajari (10º), Itaipava do Grajaú (11º), Satubinha (13º) e Lagoa Grande do Maranhão (14º).

Dentre os 15 com menor grau de pobreza, foram São Luís, Imperatriz, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Santa Inês permaneceram nas primeiras posições. Apenas três municípios saíram desse ranking: Trizidela do Vale, Dom Pedro e Itinga do Maranhão. Os três que os substituíram foram: Governador Edison Lobão, Campestre do Maranhão e Estreito.

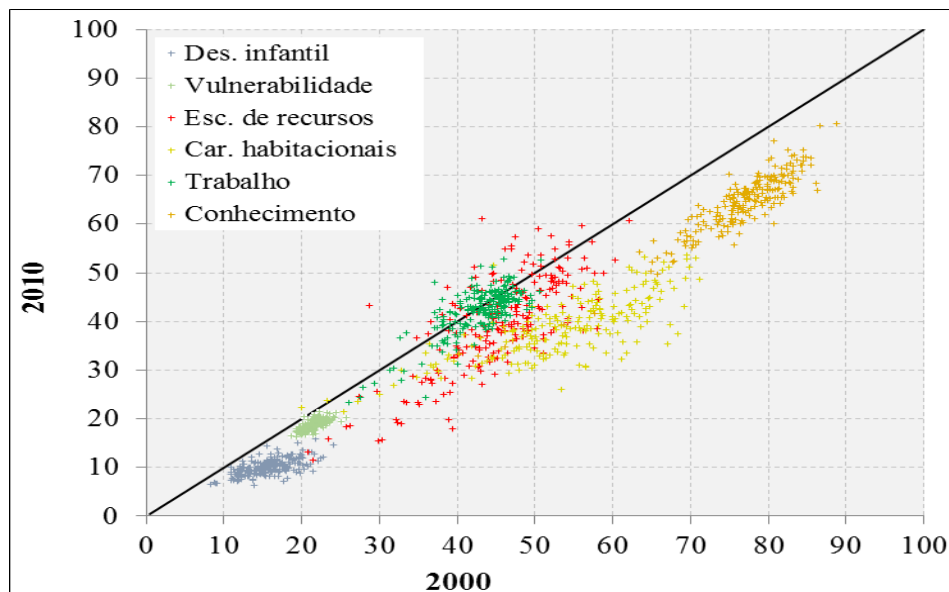
A maior dinâmica entre os municípios mais pobres foi decorrente da maior sensibilidade desses municípios frente às políticas públicas, devido ao seu alto grau de pobreza. Pode-se dizer também que a maior dinâmica entre os municípios mais pobres foi resultado das diferentes formas com que as políticas públicas foram implantadas e geridas nesses municípios. Como exemplo, citam-se os municípios de Belágua, Santana do Maranhão e Centro do Guilherme, os quais saíram do ranking dos 15 mais pobres no ano de 2010, e os municípios de Fernando Falcão e Marajá do Sena, os quais assumiram as piores colocações em 2010.

Belágua e Santana do Maranhão foram os municípios que mais melhoraram na dimensão Carências Habitacionais, especificamente no acesso ao abastecimento de água: em 2000, 98,6% dos domicílios de Belágua e 99,8% dos domicílios de Santana não tinham abastecimento de água adequado. Em 2010, os percentuais caíram para 6,1% e 19,3%, respectivamente. O município de Centro do

Guilherme apresentou uma melhora significativa no Acesso ao Conhecimento, pois foi o município que mais reduziu o percentual de jovens/adultos analfabetos funcionais, de 87,1% para 54,5%.

No **Gráfico 1**, está descrito o comportamento dos 217 municípios em cada uma das seis dimensões. A partir da análise desse gráfico, podem-se destacar três pontos principais: i) As dimensões ocupam lugares diferentes no gráfico, ou seja, os valores das dimensões variam bastante entre si; ii) As dimensões com menores valores são também as com menor dispersão; iii) Nas dimensões Desenvolvimento Infantil e Acesso ao Conhecimento, todos os municípios apresentaram melhora, enquanto na dimensão Vulnerabilidade apenas um município regrediu e, nas dimensões Acesso ao Trabalho, Escassez de Recursos e Carências Habitacionais, muitos municípios regrediram.

Gráfico 1 - Dimensões do IPMM - 2000 e 2010



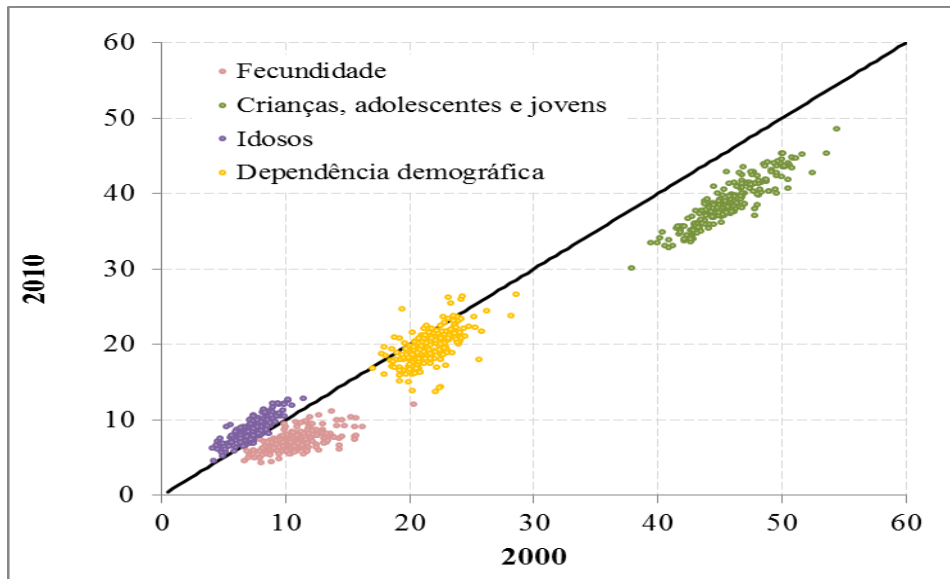
Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

A seguir, fez-se a análise do desempenho de cada dimensão, na seguinte ordem: Vulnerabilidade, Desenvolvimento Infantil, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Escassez de Recursos e Carências Habitacionais.

Os valores dos componentes dessa dimensão, nos anos 2000 e 2010, podem ser visualizados no **Gráfico 2**, abaixo. Observa-se que no componente *fecundidade* apenas um município regrediu (Boa Vista do Gurupi) e que no componente que mede a *presença de crianças adolescentes e jovens*, todos os

municípios apresentaram melhores valores em 2010. Já no componente *presença de idosos*, somente sete municípios melhoraram e no componente *dependência demográfica*, 31 municípios pioraram.

Gráfico 2 - Componentes da dimensão Vulnerabilidade - 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

Na maioria dos municípios, houve uma redução no percentual de mulheres que tiveram filhos. Os únicos que apresentaram elevação foram: Trizidela do Vale, São Félix de Balsas, Bom Jardim, Vila Nova dos Martírios, Bernardo do Mearim, Cândido Mendes, São Roberto e Buriti Bravo.

Como consequência da queda da fecundidade, há uma diminuição do número relativo de crianças, adolescentes e jovens na população. Isso fica claro ao observar os indicadores do componente *atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens*, apenas em Turilândia, houve elevação no percentual de crianças, nos demais indicadores, todos os municípios registraram queda. Já no componente que mede a presença de idoso, a maioria dos municípios registrou elevação e apenas sete diminuíram seu percentual (Pio XII, Miranda do Norte, Olinda Nova do Maranhão, Arari, Bom Jesus das Selvas, Carolina e Loreto).

O envelhecimento da população caracteriza-se como principal consequência da redução da fecundidade. De acordo com João Alberto Carvalho¹,

¹ Professor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG).

“[...] quando a fecundidade cai, diminui-se proporcionalmente o número de jovens e aumenta-se a população idosa. O envelhecimento demográfico tem a ver com o declínio da fecundidade.” (GLOBO UNIVERSIDADE, 2010).

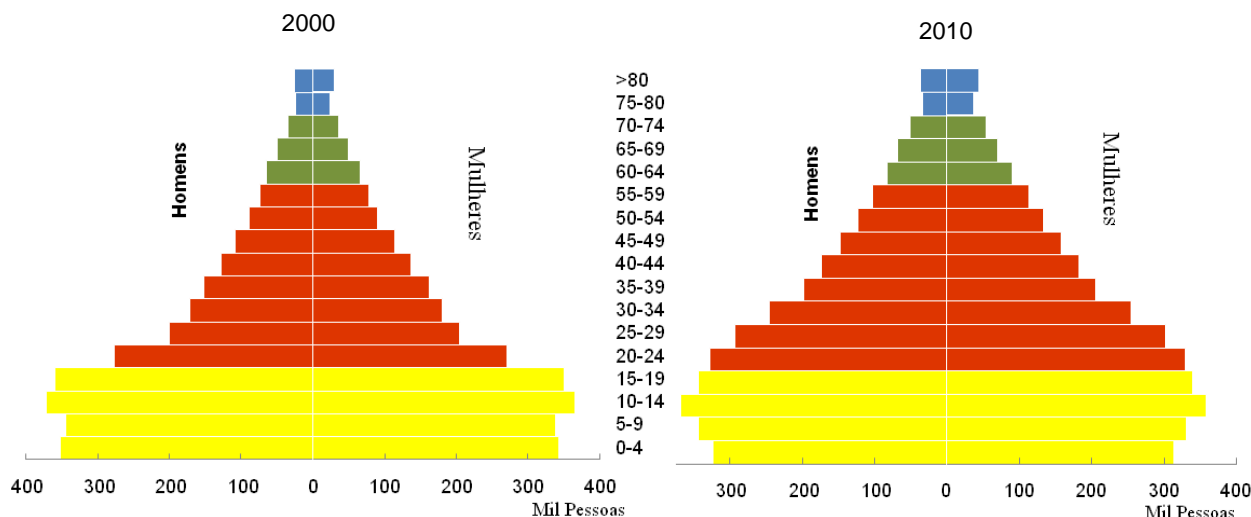
No componente *dependência demográfica*, apenas 31 municípios regrediram. A elevação do percentual de chefes de família sem cônjuge subiu de 26,4% para 31,4% no estado. Quanto ao indicador que apura se metade ou menos da metade dos membros dos domicílios encontra-se em idade ativa (que passou de 18,3% para 10,6%), pode-se inferir que a sua redução foi impactada, diretamente, pela queda na taxa de fecundidade e consequente redução do número de crianças nas famílias.

O envelhecimento da população brasileira é algo que já vem sendo constatado nos últimos anos. Como decorrência, tem-se assistido ao aumento da população potencialmente ativa², apta a trabalhar, e a elevação de uma parcela da população que, por muito tempo, foi pouco significativa, os idosos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTA, 2011).

O estado do Maranhão está seguindo a tendência nacional. Ao analisar a pirâmide etária do estado nos anos 2000 a 2010 (**Gráficos 3**, a seguir), pode-se apreender que houve uma redução na quantidade de pessoas até 15 anos e uma elevação nas faixas etárias a partir de 20 anos, ou seja, tem crescido, também, a população potencialmente ativa no Maranhão. Por conseguinte, observou-se no estado um significativo crescimento no número de idosos com 60 anos ou mais, que passou de 405,9 mil (7,2% da população) para 576,7 mil (8,6%).

² População potencialmente ativa: 15 a 64 anos de idade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTA, 2012b).

Gráfico 3 - Pirâmides etárias do estado do Maranhão



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

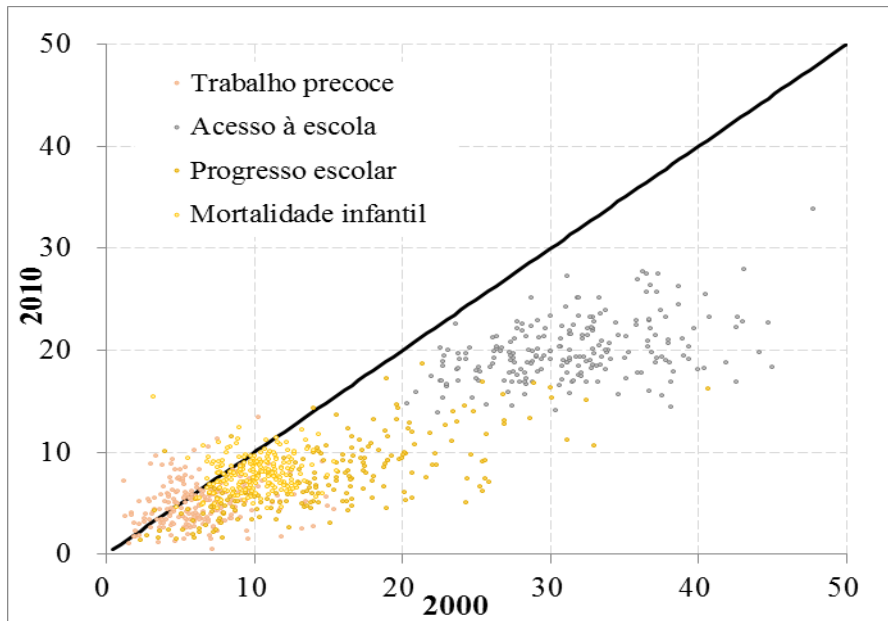
Apesar das melhoras, acredita-se que ainda há muito a ser feito pelos idosos. Embora as políticas voltadas para esse segmento sejam formal e legalmente asseguradas, através da Política Nacional do Idoso³, as atuações institucionais ainda são tímidas, limitando-se a ações isoladas. (FERNANDES; SANTOS, 2007).

Na dimensão **Desenvolvimento Infantil** é perceptível que todos os municípios apresentaram melhora. O componente *Acesso à escola* apresentou os maiores valores e o componente com maior dispersão é o *Progresso escolar*. O **Gráfico 4**, logo abaixo, mostra os valores dos componentes nos anos 2000 e 2010.

No que se refere ao *Acesso à escola*, todos os municípios melhoraram. Já no *Progresso escolar*, quatro municípios retrocederam (Serrano do Maranhão, Cajari, Bequimão e Santa Quitéria do Maranhão). No *Trabalho precoce*, 67 municípios regrediram (os municípios, com maiores variações negativas, foram: Junco do Maranhão, Sambaíba, Lagoa Grande do Maranhão, Riachão, Morros, Tutóia e Igarapé Grande). No componente *Mortalidade infantil*, 28 municípios retrocederam (os municípios, com maiores variações negativas, foram: Cachoeira Grande, São Francisco do Brejão, Presidente Vargas, Belágua, Duque Bacelar e Lagoa do Mato).

³ Instituída pela Lei 8.842/94, regulamentada em 3/6/96 através do Decreto 1.948/96.

Gráfico 4 - Componentes da dimensão Desenvolvimento Infantil - 2000 e 2010



Fonte: Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

No que se refere às crianças e adolescentes de 7 a 17 anos fora da escola, o **Gráfico 4** mostra que a maioria dos municípios registrou significativas melhoras. A baixa escolaridade resulta de um processo de exclusão que tem suas origens nos primeiros anos de vida das crianças. Quem hoje está na faixa etária de 12 a 17 anos e tem poucos anos de estudo, quase sempre, teve uma trajetória de educação marcada pela falta de acesso à educação infantil e pela precariedade do ensino fundamental (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2011).

Um dos agravantes da permanência das crianças/adolescentes na escola é o trabalho infantil. A legislação brasileira proíbe o trabalho formal até os 16 anos, exceto como aprendiz, a partir dos 14 anos. A exploração do trabalho adolescente é uma vulnerabilidade porque o trabalho quase sempre interfere na educação desses meninos e meninas, além de submetê-los a riscos físicos e psicológicos, como acidentes, exposição a substâncias tóxicas e a movimentos repetitivos que comprometem a saúde desses adolescentes, ainda em fase de desenvolvimento. (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2011).

Entre os adolescentes que trabalham, a situação mais comum é a combinação de trabalho e estudo. Estudos e pesquisas mostram que adolescentes

que trabalham e estudam estão mais vulneráveis ao mau desempenho na escola, à repetência e à evasão (FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA, 2011).

Por meio do componente *Progresso escolar*, mediu-se o analfabetismo entre crianças e adolescentes de 10 – 17 anos. Constatou-se que, embora a maioria dos municípios tenha registrado uma significativa diminuição do analfabetismo nessa faixa etária, alguns seguiram na contramão desse resultado (Serrano do Maranhão, Cajari, Santa Quitéria do Maranhão, Bequimão, Altamira do Maranhão, Raposa, Milagres do Maranhão, Sítio Novo, São Francisco do Brejão, Viana, Olinda Nova do Maranhão, Tasso Fragoso, Alto Parnaíba, Presidente Médici, Luís Domingues).

O analfabetismo entre os adolescentes de 10 – 14 anos, a situação é mais crítica. Mesmo com os limites máximo e mínimo reduzidos, respectivamente, de 41,1% (Fernando Falcão) para 24,8% (Beláqua) e de 3,1% (Paço do Lumiar) para 1,4% (Fortaleza dos Nogueiras), 11 municípios apresentaram um percentual superior a 20% (Serrano do Maranhão, Cajari, Santa Quitéria do Maranhão, Bequimão, Altamira do Maranhão, Raposa, Milagres do Maranhão, Sítio Novo, São Francisco do Brejão, Viana, Olinda Nova do Maranhão) e 99 municípios com mais de 10%.

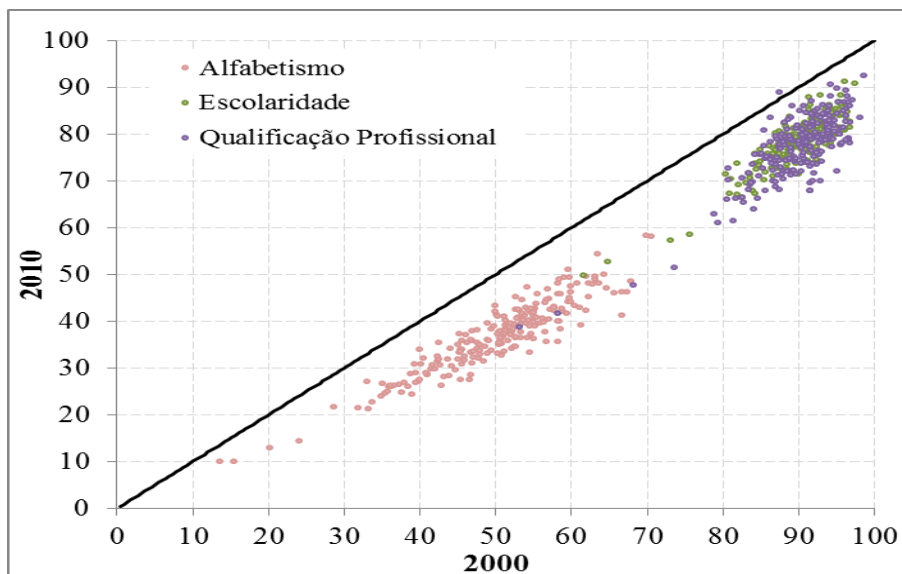
Entre os adolescentes de 15-17 anos, a situação também é preocupante. Em 2000, o município de Fernando Falcão se destacava no pior patamar, por apresentar 40,2% de adolescentes analfabetos. Em 2010, o valor máximo reduziu para 14,6% (Aldeias Altas) e o mínimo caiu para 0,0% (Porto Rico do Maranhão). Todavia, seis municípios regrediram (Serrano do Maranhão, Tasso Fragoso, Cajari, Alto Parnaíba, Presidente Médici, Luís Domingues) e 13 apresentaram uma quantidade de adolescentes analfabetos superior a 10%.

Enfim, essa dimensão procurou dar uma visão geral sobre o desenvolvimento das crianças e adolescentes no Maranhão, desde o nascimento até a garantia do direito à educação. No geral, houve uma melhora nos indicadores, contudo, nem todos os municípios seguiram essa tendência. Infelizmente, o Maranhão ainda apresenta um quadro de desenvolvimento infantil bastante grave, inserido em um ciclo vicioso, identificado nesse trabalho no tripé: *trabalho infantil*, *evasão escolar* e *analfabetismo*. Esses fatos possuem diversos agravantes (como a infraestrutura das escolas), que se desdobram em outros fenômenos (como

repetência, distorção idade-série e baixo rendimento escolar).

A próxima dimensão analisada é **Acesso ao Conhecimento**. É evidente que houve uma significativa melhora nessa dimensão. No **Gráfico 5**, a seguir, estão expressos os valores dos municípios nesses componentes, para os anos 2000 e 2010. Nota-se que no *Analfabetismo*, nenhum município regrediu, embora esse componente tenha chamado a atenção por sua dispersão, ou seja, há uma grande diferença entre o melhor e o pior município.

Gráfico 5 - Componentes da dimensão Acesso ao Conhecimento - 2000 e 2010



Fonte: Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

Apesar da melhora nos indicadores, os valores ainda estão altos. Mais da metade dos municípios apresentou um percentual de jovens e adultos analfabetos acima de 24%. Em se tratando de analfabetos funcionais, 129 municípios têm mais de 50,0% da população nessa condição (o maior percentual era em Fernando Falcão, com 79,3% e o menor, em São Luís, com 16,7%).

Quando se analisa o analfabetismo apenas entre os jovens, percebe-se que o avanço foi mais significativo. Em 2000, os percentuais de jovens analfabetos e analfabetos funcionais eram de 14,6% e 41,6%, respectivamente. Em 2010, caíram para 5,9 e 24,2%, na mesma ordem.

Os dados divulgados no portal do MEC mostram que dos 967 municípios atendidos pelo Brasil Alfabetizado entre 2008 e 2010, 73 eram do Maranhão. Nesse

período, 213,5 mil jovens, adultos e idosos foram beneficiados pelo PBA no estado (BRASIL, [2012]).

Passando para o componente *Escolaridade*, constatou-se uma melhora em todos os municípios. Entretanto, partindo-se de um quadro com alto percentual de analfabetismo, como detectado no componente anterior, não se pode esperar uma alta escolaridade. Na maioria dos municípios, o percentual de jovens e adultos sem fundamental completo era superior a 50% da população nessa faixa etária. E, quando se analisou a população com secundário incompleto, a maior parte dos municípios se encontrava acima de 70%. Em apenas quatro municípios, o percentual de jovens e adultos sem fundamental completo era inferior a 40% (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Imperatriz).

Tratando-se agora de adultos sem educação superior, o percentual é significativamente elevado no Maranhão. Em 2010, o município com menor percentual era São Luís, com 85,8%, e o município com maior indicador era Governador Newton Bello, com 99,9%. Esses indicadores, por outro lado, representaram um avanço em relação a 2000, quando em 37 municípios não existia uma pessoa sequer com educação superior e nenhum se encontrava abaixo de 90,0%.

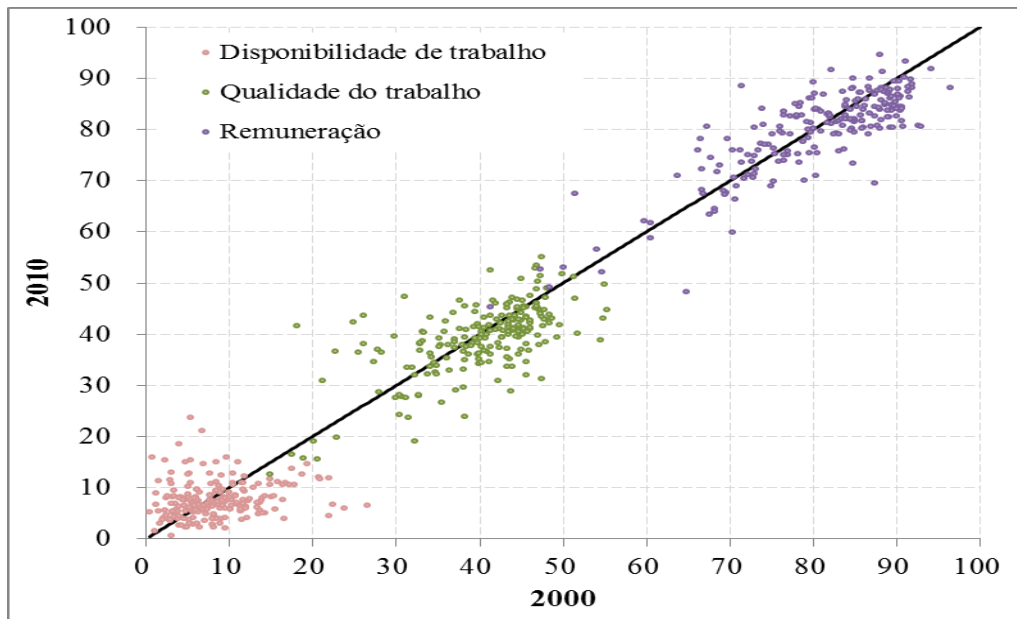
No que se refere à *qualificação profissional*, com exceção do município Governador Eugênio Barros, todos os demais melhoraram. Essa melhora, entretanto, não foi suficiente para se considerar que uma boa parcela da mão de obra no Maranhão esteja qualificada, pois dos 217 municípios do estado, apenas quatro têm um percentual de trabalhadores sem qualificação média ou alta inferior a 60,0% da população (São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar e Imperatriz).

A análise a seguir é sobre a dimensão **Acesso ao trabalho**. Uma que boa parte dos municípios apresentou um pior resultado no ano de 2010, relativamente ao ano de 2000 (um total de 87 municípios regrediu) (**Gráfico 6**). Percebe-se que os mapas pouco se diferiram nos dois anos, demonstrando o mau resultado dos municípios nessa dimensão. Essas informações são preocupantes, uma vez que “[...] o acesso ao trabalho representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de

oportunidade para a utilização de meios.” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 19).

No que se refere ao componente *Disponibilidade de trabalho*, 102 municípios apresentaram um percentual de pessoas desocupadas superior em 2010 quando comparado com 2000.

Gráfico 6 - Componentes da dimensão Acesso ao Trabalho - 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

Embora muitos municípios maranhenses tenham registrado um baixo percentual de pessoas desocupadas (como Porto Rico do Maranhão, com 0,7% e Satubinha, com 1,7%), 61 municípios registraram uma taxa de desocupação superior à do estado (8,7%), sendo os mais elevados: Bom Lugar (23,8%), Ribamar Fiquene (21,2%), Santa Filomena do Maranhão (18,6%), Matões do Norte (16,1%), Esperantinópolis (16,0%), Marajá do Sena (15,6%), Milagres do Maranhão (15,5%), Bom Jesus das Selvas (15,1%), Santana do Maranhão (15,1%) e Peritoró (15,0%).

O componente *Qualidade do posto de trabalho* revela que muitas pessoas estão ocupadas no setor informal e em atividades agrícolas nos municípios maranhenses. Em 2010, houve uma elevação no percentual de pessoas ocupadas em atividades informais, relativamente a 2000. Apenas 51 municípios registram queda. A elevação nesse tipo de ocupação ocorreu em um contexto de também crescimento dos postos formais de trabalho. De 2000 a 2010, o estoque formal

cresceu a uma taxa média de 8,4% ao ano (em 2000 eram 285,8 mil postos formais de trabalho, em 2010, subiu para 636,6 mil). Pode-se concluir, então, que a demanda de empregos formais nos municípios não está acompanhando o ritmo de crescimento das pessoas potencialmente ativas, as quais estão sendo absorvidas pelo setor informal.

No que se refere às pessoas ocupadas no setor agrícola, percebeu-se que, embora muitos municípios tenham registrado redução nesse tipo de ocupação, 37 aumentaram (em 2010, 119 municípios maranhenses possuíam mais de 50,0% de sua população ocupada em atividades agrícolas).

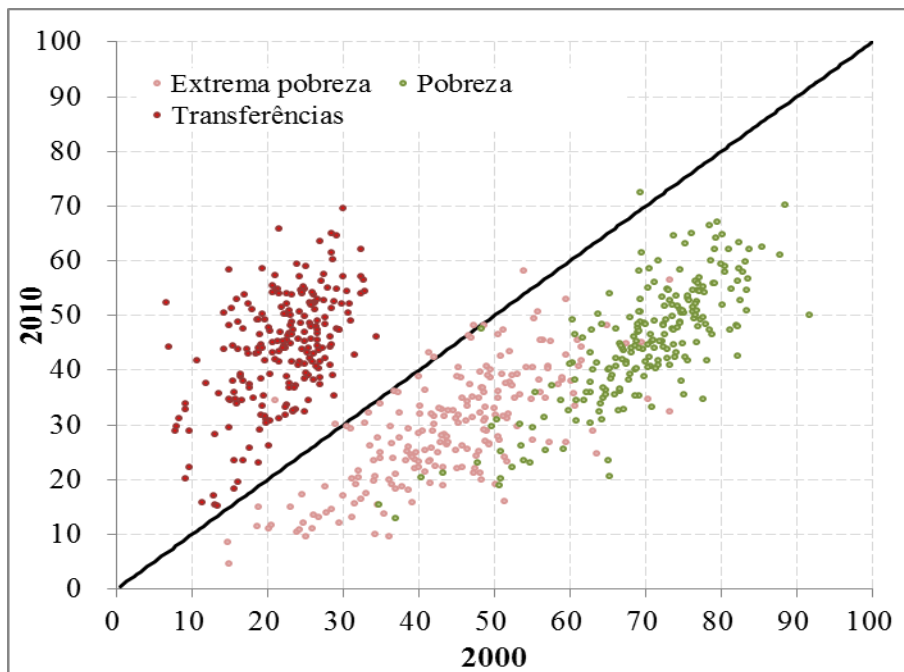
Essa significativa parcela da população ocupada, no setor agrícola, dá-se em razão de o Maranhão ser o estado mais rural do Brasil, apesar do intenso êxodo nas últimas décadas. Em 1970, a população rural do Maranhão representava 74,8% do total da população do estado. No Nordeste, o percentual era de 58,1% e no Brasil era de 44,1%. Em 1991, a população rural do Maranhão caiu para 60,0% e em 2010 ficou em 36,9% (um decréscimo médio de 1,8% ao ano de 1970 a 2010, enquanto, no mesmo período, o decréscimo médio do Nordeste foi de 2,9% a.a. e o do Brasil foi de 2,6% a.a.). Mas, quando se analisa pelo viés da urbanização, de 1970 a 2010, o Maranhão apresentou o maior crescimento médio da população urbana (2,3% a.a.), quando comparado ao Nordeste (1,4% a.a.) e ao Brasil (1,0%).

Em se tratando da *remuneração*, o percentual de pessoas ocupadas que recebiam menos de um salário mínimo no Maranhão variava de 20,4% (São Luís) a 90,7% (Fernando Falcão), sendo que 89,4% dos municípios têm mais da metade de sua população ocupada recebendo menos de um salário mínimo. Quando o teto subia para dois salários, os percentuais variavam de 70,4% (São Luís) para 98,8% (Fernando Falcão), ou seja, nos municípios maranhenses, a maioria das pessoas ocupadas tem uma remuneração inferior a dois salários mínimos.

A baixa remuneração nos municípios se deve ao fato de a maior parte da população estar ocupada em atividades agrícolas (agricultura familiar, principalmente) e no setor informal, onde a produtividade do trabalho é pequena (no caso da agricultura familiar) e eminentemente familiar. As ocupações formais, na maioria dos municípios do Maranhão, estão restritas, praticamente, aos cargos públicos em prefeituras e em órgãos do Estado (em sua maioria escolas).

No que se refere à **Escassez de Recursos**, a maioria dos municípios melhorou o suficiente para subir de intervalo de classe (**Gráfico 7**). Todavia, 39 municípios regrediram nessa dimensão, dentre os quais: Marajá do Sena, Jatobá, Serrano do Maranhão, Itaipava do Grajaú, Santa Filomena do Maranhão, Fernando Falcão e Primeira Cruz.

Gráfico 7 - Componentes da dimensão Escassez de Recursos - 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

Nota-se que eles são bem dispersos. É notório também, que quase a totalidade dos municípios diminuiu seu percentual de indigentes e de pobres. Os que andaram na contramão desse resultado foram: Marajá do Sena (que tinha 53,9% de extremamente pobres e 69,2% de pobres em 2000 e passou para 58,3% e 72,6% em 2010, respectivamente), Jatobá (passou de 21,0% de extremamente pobres em 2000 para 34,5% em 2010), Arame (41,2% para 43,3%), Serrano do Maranhão (47,2% para 48,4%) e Itaipava do Grajaú (41,9% para 42,4%).

Em 2010, os dados do Censo apontaram que o Maranhão é o Estado com maior percentual de pessoas extremamente pobres do país, com 25,8% de sua população vivendo nessa situação (1,7 milhão de pessoas). A maior parte dessas pessoas está na zona rural (62,9%), revelando que a pobreza do Maranhão é essencialmente rural. Dos 217 municípios do estado, 173 têm mais de 50% da sua

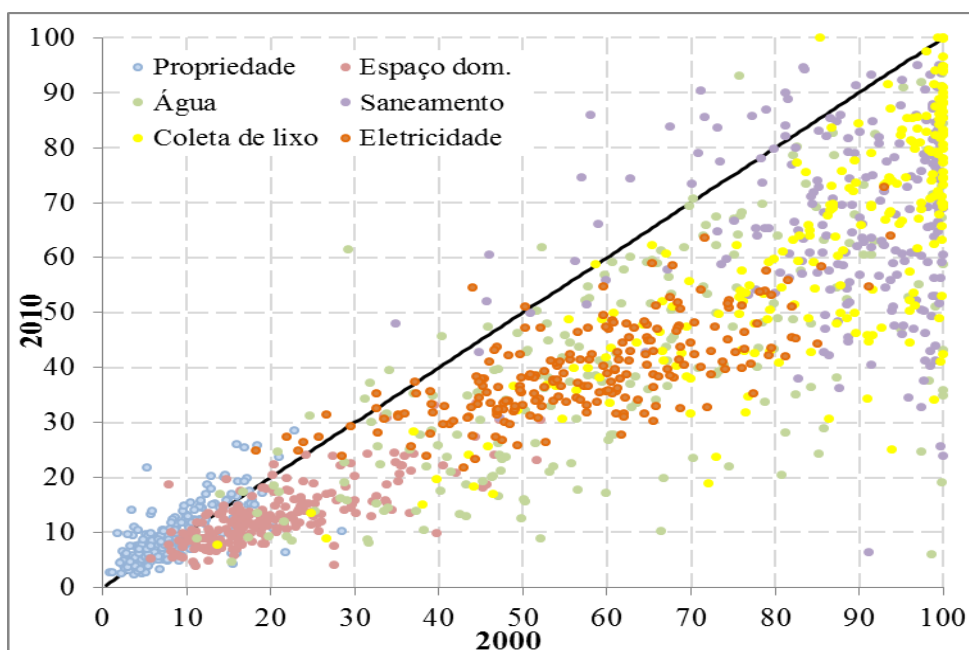
população miserável vivendo no campo (os maiores são Jenipapo dos Vieiras, com 95,6%, Marajá do Sena, com 92,6% e Santana do Maranhão, com 90,2%).

O componente *Capacidade de geração de renda* se refere aos domicílios que têm maior parte da renda proveniente de transferências (aposentadorias e transferências direta de renda). Todos os municípios apresentaram elevação nesse componente, em 2010, o que significa que mais domicílios passaram a depender de transferências de renda.

Por fim, tem-se a dimensão **Carências Habitacionais** na qual verificou-se significativos progressos nessa dimensão em 2010, apesar de que em todos os componentes houve municípios que regrediram (**Gráfico 8**).

No componente *Propriedade*, mais municípios regrediram (141 ao todo). No componente *Espaço domiciliar*, apenas 12 regrediram (Lagoa do Mato, Bela Vista do Maranhão, Marajá do Sena, Sambaíba, Itaipava do Grajaú, Serrano do Maranhão, Governador Archer, São José dos Basílios, Passagem Franca, Balsas, Arame e Cururupu). Os avanços nesse componente foram significativos, pois, em 2000, havia municípios com mais de 50% dos seus domicílios com até 3 cômodos (São João Batista e Presidente Juscelino), em 2010, o percentual máximo cai para 33,6% (Santo Amaro do Maranhão).

Gráfico 8 - Componentes da dimensão carências habitacionais - 2000 e 2010



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE (2001, 2011).

Esses dois componentes expressam o déficit habitacional dos municípios. O déficit habitacional do estado está em torno de 500 mil moradias, sendo que o nacional é de 8 milhões. Aproximadamente, 2,3 milhões de pessoas vivem sem moradia adequada no Maranhão, quase um terço da população (DÉFICIT..., 2011).

No que se refere ao *abastecimento de água*, 46,7% dos domicílios do estado não tinham abastecimento pela rede geral em 2000. Em 2010, o percentual caiu para 34,9%, e desses, 30,7% eram abastecidos através de poços. Na contramão da melhoria do estado, 13 municípios retrocederam (Bela Vista do Maranhão, São Félix de Balsas, Araguañã, Paraibano, Rosário, São Francisco do Brejão, Nova Iorque, São Luís, São José de Ribamar, Pindaré-Mirim, Pirapemas, Trizidela do Vale e Presidente Vargas). Os maiores percentuais de domicílios com acesso inadequado à água, em 2010, foram em Santo Amaro do Maranhão (99,5%), São Félix de Balsas (93,1%), Pedro do Rosário (91,9%), Marajá do Sena (91,2%) e Santa Helena com (91,0%).

Tratando-se do *acesso ao saneamento*, que mede o esgotamento sanitário inadequado, constatou-se que, no geral, houve uma melhora (em 2000 74,8% dos domicílios do estado não tinham rede geral de esgoto ou fossa séptica, em 2010, esse percentual caiu para 59,7%). Contudo, 25 municípios não seguiram essa tendência de melhora (dentre eles, Porto Franco, Miranda do Norte, Balsas, Pindaré-Mirim, Santa Inês, São João dos Patos, Imperatriz, Dom Pedro e Cururupu).

No tocante ao *acesso à coleta de lixo*, que investiga se o lixo não é coletado por serviço de limpeza, percebe-se que o estado apresentou uma melhora em 2010 (44,2%) em relação a 2000 (65,5%). Em apenas seis municípios, isso não foi constatado (Presidente Vargas, Bela Vista do Maranhão, Serrano do Maranhão, Poção de Pedras, Bacurituba e Luís Domingues).

O componente *Acesso à energia elétrica*, 11 municípios regrediram (Bela Vista do Maranhão, São Luís, Imperatriz, Santa Inês, Dom Pedro, Pedreiras, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Luís Domingues, Balsas e Trizidela do Vale). Esse decréscimo foi impulsionado principalmente pelo indicador ausência de rádio (em 2000, 34,1% dos domicílios não tinham rádio e 37,2% não tinham TV, em 2010, 42,8% não tinham rádio e apenas 11,7% não tinham TV). No que se refere à

ausência de geladeira, em 2000, 46,2% não a possuíam, em 2010, o percentual caiu para 15,5%.

Um dos fatores que influenciaram no aumento de domicílios com TV e geladeira foi a expansão no acesso à energia elétrica. Outro fator foi o aumento da massa de rendimento do Estado que registrou um crescimento médio nesse período de 5,2% ao ano,

Enfim, mesmo com os avanços apresentados na dimensão Carências Habitacionais, ainda há muito a se melhorar. Como já citado, o déficit habitacional do Maranhão ainda é o maior do país, muitos domicílios sofrem por falta de saneamento, de abastecimento de água, de coleta de lixo e uma significativa proporção das residências não possui eletrodomésticos básicos, como rádio, televisão ou geladeira.

4 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

A construção do IPMM não esgota a investigação acerca da mensuração da pobreza no Estado do Maranhão – essa de forma alguma foi a intenção deste trabalho. O intento foi analisar a dinâmica da pobreza na primeira década de 2000 a partir de alguns indicadores indispensáveis ao estudo do fenômeno, não deixando de lado, nas análises, o seu caráter estrutural. Por isso, optou-se pela construção de um Índice municipal e multidimensional.

O IPMM, por ser um Índice municipal, possibilita a comparação dos municípios tanto entre si como em relação ao estado. Além disso, o IPMM foi formulado de forma a permitir que seja comparado com ele mesmo, no decorrer dos anos, possibilitando apreender a evolução de cada município.

Tendo essas informações em vista, a principal conclusão a que se chegou com a construção do IPMM é que houve uma redução da pobreza tanto no estado do Maranhão como em todos os municípios, quando comparados os anos 2000 e 2010. Constatou-se também, que o desempenho dos municípios não foi homogêneo. Enquanto em alguns o progresso foi bem acentuado, em outros houve apenas uma sensível melhora.

Ao comparar o Índice estadual com a média⁴ dos Índices municipais, percebeu-se que os valores foram bem próximos, sendo que o estadual apresentou um resultado um pouco melhor nos dois anos analisados. Em 2000, as únicas dimensões que apresentaram um melhor desempenho no âmbito municipal (média) em relação ao estadual, foram acesso ao trabalho e desenvolvimento infantil. Em 2010, apenas o desenvolvimento infantil foi melhor nos municípios. Todavia, ao analisar o Índice estadual com cada um dos Índices municipais, verificou-se que, apenas 22 municípios registraram um Índice de pobreza melhor que o estadual, em cada um dos anos em questão. Essas observações nos permitem concluir que o grau de pobreza se mostra mais intenso na escala municipal do que na estadual.

A opção por um indicador multidimensional se deu pela possibilidade de sintetizar em um único número as mais diversas situações socioeconômicas. Todavia, “[...] devido à natureza multidimensional da pobreza humana, as situações

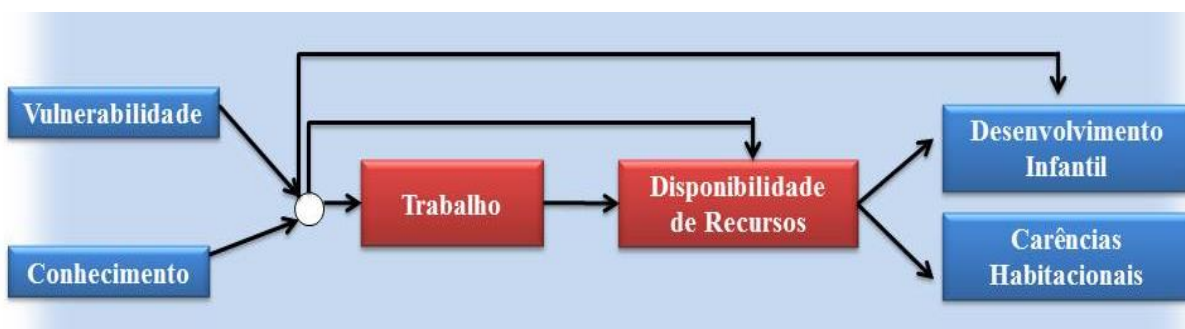
⁴ Média ponderada pela população.

sociais não podem ser completamente ordenadas.” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 9). Mesmo que se afirme que em certo período ocorreu uma melhora ou uma piora da pobreza em determinada localidade, “[...] tudo o que poderia ser afirmado é que melhoramos em algumas dimensões e pioramos em outras.” (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 9).

Essa citação descreve cabalmente o comportamento do IPMM. Pois, por mais que em todos os municípios tenha-se verificado uma melhora no Índice, a análise desagregada por dimensões revelou que houve muitos retrocessos. Dentre as seis dimensões analisadas, apenas uma (acesso ao conhecimento) não apresentou municípios com uma pior situação em 2010, relativamente a 2000. Nas demais pelo menos um município regrediu: acesso ao trabalho (87 municípios), escassez de recursos (38), carências habitacionais (3) e vulnerabilidade (1).

Para ter uma visão geral do desempenho das dimensões, retomou-se com o **Diagrama 2**, abaixo, o esquema das dimensões, dessa vez destacando-o com as cores azul (melhor situação) e vermelha (pior situação). Relembra-se que as dimensões representam, “[...] em parte, a falta de acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em parte, a existência de necessidades básicas insatisfeitas, isto é, fins que não puderam ser alcançados”. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 16). O diagrama foi elaborado de forma a representar a inter-relação entre as dimensões, “[...] partindo daquelas mais relacionadas ao acesso aos meios para concluir com as dimensões mais relacionadas à consecução de fins”. (BARROS; CARVALHO; FRANCO, 2006, p. 16).

Diagrama 2 - Dimensões do Índice de Pobreza Municipal para o Maranhão (IPMM)



Fonte: Elaborado pela autora, conforme informações de Barros, Carvalho e Franco (2006).

Nota-se que as dimensões mais relacionadas ao acesso a meios receberam a cor vermelha e as mais relacionadas à consecução dos fins receberam a cor azul. Ou seja, as dimensões *fins* foram as que mais progrediram nos municípios, enquanto as dimensões *meios* foram as que mais regrediram. A dimensão vulnerabilidade é a única que não representa nem *meios* nem *fins*, e, apesar da dimensão acesso ao conhecimento ter apresentado os maiores progressos nos municípios quando comparados os anos 2000 e 2010, ainda é a dimensão com os piores resultados.

O mau desempenho do acesso ao trabalho e da escassez de recursos, contrastam com o bom desempenho econômico do Maranhão nos anos 2010. Nesse período, o estado registrou um crescimento econômico superior ao do Nordeste e ao do Brasil. O crescimento do PIB nesse período foi de 63,2% e o da população foi de apenas 15,3%, revelando que houve um aumento da produtividade do estado na década.

Isso nos leva a concluir que o bom desempenho da economia do Estado, ou melhor, o aumento do produto agregado, não foi capaz de produzir um impulso da mesma magnitude na geração de novos postos de trabalho na primeira década de 2000. Consequência direta do modelo de desenvolvimento do Maranhão, baseado na produção de *commodities* para o comércio exterior, com poucos efeitos multiplicadores na economia. A partir daí, entende-se o mau desempenho da dimensão acesso ao trabalho e, conseqüentemente, da escassez de recurso.

Pode-se então afirmar que a evolução da pobreza no Estado na primeira década dos anos 2000 não decorreu de fatores endógenos ao padrão de crescimento econômico maranhense nesse período. Esteve sim, apoiada, em grande parte, nos programas sociais federais, na elevação das transferências diretas de renda para a população (acompanhadas das suas condicionalidades), nas Transferências Constitucionais para o Estado e para os municípios e, também, na política de valorização do salário mínimo. Tal evidência é refletida pelo desempenho negativo das dimensões acesso ao trabalho e escassez de recursos em muitos municípios, pela situação ainda grave da dimensão acesso ao conhecimento e pelo bom desempenho das dimensões desenvolvimento infantil, carências habitacionais e vulnerabilidade.

Ao chegar a essas conclusões, o IPMM mostra-se como um importante instrumento de diagnóstico, monitoramento e avaliação de políticas públicas, por permitir captar as especificidades do Maranhão, como o estado mais pobre da federação, e dos seus municípios. Esse é o primeiro passo para se chegar a estratégias mais eficientes e eficazes de combate à pobreza.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M.; FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro, n. 1227, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Brasil alfabetizado**. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=817&id=12280&option=com_content&view=article>. Acesso em: 5 fev. 2013.

CODES, A. L. M. de. **Modelagem de Equações Estruturais**: uma contribuição metodológica para o estudo da pobreza. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2005.

DÉFICIT habitacional no Maranhão é o maior do país. **O imparcial**, São Luís, 2011. Disponível em: <www.oimparcial.com.br/app/noticia/urbano/2011/01/.../index.shtml>. Acesso em: 16 jan. 2013.

FERNANDES, M. G. M.; SANTOS, S. R. Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. **Achegas**: Revista de Ciência Política, Rio de Janeiro, n. 34, p. 49-60, abr. 2007.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **O direito de ser adolescente**: oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades. Brasília, DF, 2011.

GLOBO UNIVERSIDADE. **Centro de Desenvolvimento e planejamento Regional da Universidade de Minas Gerais (Cedeplar/UFMA)**. Rio de Janeiro, 30 out. 2010. Disponível em: <<http://globouniversidade.globo.com/GloboUniversidade/0,,8735,00.html>>. Acesso em: 30 out. 2010

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 6 dez. 2012.

_____. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira 2012. Rio de Janeiro, 2012b. (Estudos e Pesquisas, n. 29). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 1 mar. 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. O. da S. e. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, jan./jun. 2002.